ATA DA 74ª SESSÃO ORDINÁRIADA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR ANDERSON NINHO (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciados os vereadores ALEXANDRE ALELUIA e LAINA CRISÓSTOMO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Lei n. 284/23 do vereador Teo Senna; Projetos de Indicação n.s 254 e 255/23 do vereador Luiz Carlos Suíca, 256/23 do vereador Maurício Trindade, 257 e 258/23 do vereador Randerson Leal e 259/23 do vereador Luiz Carlos Suíca; Projetos de Resolução n.s 127 a 129/23 do vereador Leandro Guerrilha e 130 a 132/23 da Mesa Executiva; Requerimento n. 240/23 do vereador Sílvio Humberto; Requerimento de Utilidade Pública n. 81/23 da vereadora Roberta Caires; Moções n.s 278 a 280/23 do vereador

Randerson Leal e 281/23 do vereador Teo Senna; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Bruno Carianha, do Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (SINDSEPS), discorreu sobre o Plano Municipal de Segurança Pública, apontando falta de visibilidade sobre o seu respectivo Projeto de Lei. Afirmou a necessidade de essa matéria ser apreciada pela CMS. Expôs sobre o funcionamento dos conselhos municipais existentes, criticando o modelo do conselho a ser criado no âmbito do Plano de Segurança. Disse que sua entidade desejava o melhor para a Cidade e que não via essa perspectiva ser materializada no que era proposto. Expôs sobre a remoção do plano de saúde dos servidores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR) e os problemas vividos por esses servidores. Dando continuidade à **Tribuna Popular,** o senhor Eduardo Silva, do Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis da Bahia (SINPOSBA), informou que, após três meses de negociações, sua categoria havia chegado em acordo com o Sindicato patronal. Mencionou a desvalorização da categoria por esse Sindicato dos empresários. Criticou a nova Lei municipal que criava, para os frentistas, uma obrigação de fiscalização própria do poder de polícia. Explicou que o Projeto dessa Lei não fora debatido com a categoria e levantou indagações sobre a realização da nova atividade, inclusive no tocante à segurança pessoal dos frentistas e à pressão que sofreriam dos patrões em razão da multa prevista para o não-cumprimento da Lei. Lembrou que os frentistas não pararam de trabalhar durante a pandemia. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Luiz Carlos Suíca defendeu que o Plano de Segurança Pública fosse debatido com a população e com categorias funcionais. Apontou as dificuldades que os frentistas enfrentavam no dia-a-dia. Defendeu que os donos de postos de combustíveis tivessem um modelo de segurança associado a órgãos municipais, retirando-se tal incumbência dos empregados. O vereador Augusto Vasconcelos explicou a importância do Conselho de Segurança e sublinhou a necessidade de o respectivo Projeto ser apreciado na CMS. Rejeitou a atribuição dada aos frentistas

pela nova Lei, cuja revogação defendeu. O vereador Tiago Ferreira contou ter estado em um posto de combustível onde os frentistas, reconhecendo-o como edil, expuseram-lhe a sua angústia com o que fora criado pela nova Lei. Também defendeu a revogação dessa Lei, afirmando ser absurda a atribuição dada aos frentistas, a qual relacionou aos órgãos de trânsito e à polícia. O vereador Sílvio Humberto parabenizou os servidores públicos pelo seu Dia. Lamentou o desconhecimento sobre o Plano de Segurança Pública. Expressou estranhamento com a exigência, para a presença de vereadores e deputados no Conselho a ser criado no âmbito desse Plano, de que o parlamentar apresentasse formação específica e comprovasse moral ilibada. Destacou que tais exigências recaíam apenas sobre os parlamentares e questionou o porquê desse tratamento, pedindo uma explicação à base governista. Criticou a aprovação e a sanção do Projeto relativo aos frentistas, considerando que a ideia de terceirizar responsabilidades teria motivado tal modo de apreciação. A vereadora Marta Rodrigues também qualificou como absurda a Lei relativa aos frentistas, observando que as autoridades usavam bafômetro para apurar alcoolemia e indagando de que modo os frentistas fariam tal apuração. Declarou seu apoio a essa categoria. Reclamou sobre a não-chegada, à Casa, do Projeto do Plano de Segurança, sublinhando que a Oposição desejava aperfeiçoá-lo e pedindo audiência pública a seu respeito. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo, líder do Governo, afirmou a disposição do bloco para debater o Plano de Segurança e pediu a inversão da pauta para se realizarem as votações previstas no Colégio de Líderes. Pela ordem, o vereador Cláudio Tinoco observou que o Projeto de Lei dos frentistas passara pela Casa, recebendo Parecer favorável do vereador Sílvio Humberto. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto explicou que o seu Parecer, no âmbito de Comissão, dera-se unicamente sobre a constitucionalidade e que, na votação em Plenário, ele se pusera contrário ao Projeto. Em seguida, atendendo-se ao proposto pelo vereador Kiki Bispo, foram discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Lei n.s 249/23, 250/23 e 252/23. Na sequência, havendo Emendas ao

Projeto de Lei n. 252/23, subiu à Tribuna para Parecer, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o vereador Luiz Carlos Suíca, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Foram promulgadas as Resoluções n.s 3.248 a 3.257/23. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Alexandre Aleluia (30 e 31 de outubro e 1º de novembro), Edvaldo Brito (24 e 25 de outubro), Laina Crisóstomo (24 de outubro a 1º de novembro) e Roberta Caires (23 a 25 de outubro). No **Pinga-Fogo**, o vereador Sílvio Humberto mencionou o fato de o acarajé ter se tornado patrimônio imaterial do Município do Rio de Janeiro. Lembrou quando propusera que o ofício da baiana-de-acarajé se tornasse patrimônio imaterial de Salvador, havendo o respectivo Projeto sido vetado após ser aprovado nas Comissões da Casa. Questionou a postura da Prefeitura ao afirmar Salvador como capital afro, considerando que tal atributo só era reconhecido por conveniência. Expôs sobre o racismo na Cidade, inclusive em sua forma mais violenta, que atingia a juventude. Pela ordem, o vereador Átila do Congo criticou o Rio de Janeiro e afirmou o acarajé como referência da Bahia e suas tradições. Pela ordem, a vereadora Débora Santana manifestou pesar pela morte da cantora gospel Sara Mariano, assassinada pelo marido. Destacou a brutalidade da violência contra a mulher. Associou-se o senhor presidente. O vereador Leandro Guerrilha lembrou que o ex-prefeito Antônio Imbassahy estabelecera o acarajé como patrimônio imaterial em 2002. Disse não achar ruim que o Rio de Janeiro fizesse o mesmo e citou diversas baianas-de-acarajé de Salvador. Relatou o furto de aparelhos de ar-condicionado no posto de saúde do Saboeiro e criticou a Segurança Pública do Estado. Pediu à Prefeitura a criação de via alternativa em Piatã. Em comunicação inadiável, o vereador Tiago Ferreira associou-se à vereadora Débora Santana e disse que a luta relativa à violência contra a mulher deveria ser dos homens também. Elogiou a atuação da imprensa no caso. O vereador Luiz Carlos Suíca lamentou o assassinato da cantora Sara Mariano e, também, o assassinato do influenciador Rodrigo Amendoim.

Mencionou a indignação do ator baiano Érico Brás com relação à polêmica do acarajé e o Rio de Janeiro. Relatou as atividades do seu mandato durante o *Outubro Rosa*, expondo as diversas vertentes em que havia atuado, saudando as pessoas que trabalharam para isso e registrando o apoio da Prefeitura e do Governo do Estado. Lembrou as críticas que tinha ao ex-prefeito Antônio Imbassahy, assinalando o seu reconhecimento ao que ele fizera de positivo pelo acarajé. O vereador Cláudio Tinoco contou sobre evento educacional realizado no Centro de Convenções pelo prefeito Bruno Reis, voltado a preparar jovens para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Lembrou que o Ensino Médio não se inseria na competência municipal e destacou que a Prefeitura atuava cooperativamente nesse âmbito. Também contou sobre evento voltado à prevenção de acidentes e informou o alto investimento da Prefeitura quanto a isso, desde a gestão do ex-prefeito ACM Neto. Nada mais havendo, o senhor presidente Isnard Araújo declarou encerrada a Sessão, marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO